

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.069 - RJ (2019/0193449-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **FERNANDO JEFFERSON DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADOS** : **ELMO PORTELLA - RJ066499**  
: **RAPHAEL RICCI PORTELLA - RJ163492**  
**AGRAVADO** : **MARIA IRINEIA PEREIRA DE ABREU**  
**AGRAVADO** : **DJAIR FERNANDO CERUTTI**  
**ADVOGADOS** : **DJAIR FERNANDO CERUTTI - RJ059658**  
: **MARIA IRINEIA PEREIRA DE ABREU - RJ031972**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto por FERNANDO JEFFERSON DE OLIVEIRA contra decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência das Súmulas n. 83 do STJ e 282, 284, 287 e 356 do STF (e-STJ fls. 171/182).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 83/84):

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE REJEITOU A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. LEGITIMIDADE PASSIVA DO AGRAVANTE, VENCIDO NO PROCESSO ORIGINÁRIO, PARA ARCAR COM O PAGAMENTO DEVIDO AOS PATRONOS DA PARTE AUTORA QUE ATUARAM NA FASE COGNITIVA. SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVAS DE PODERES A OUTROS ADVOGADOS ANTES DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA QUE NÃO TEM O CONDÃO DE AFASTAR O DIREITO DOS PRIMITIVOS CAUSÍDICOS AO RECEBIMENTO DA VERBA, A QUAL POSSUI NÍTIDO CARÁTER ALIMENTAR. TRANSAÇÃO HAVIDA ENTRE AS PARTES QUE NÃO PODE ALCANÇAR QUEM DELA NÃO PARTICIPOU, NO CASO, OS ANTIGOS ADVOGADOS DA DEMANDANTE. PRECEDENTES DESTA EGRÉGIA CORTE DE JUSTIÇA E DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INEXISTÊNCIA DA ARGUIÇÃO DE QUALQUER ARGUMENTO NOVO PELO AGRAVANTE, QUE FOSSE CAPAZ DE ALTERAR A DECISÃO MONOCRÁTICA ANTERIORMENTE PROFERIDA. AGRAVO INTERNO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 110/118).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 131/140), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, a parte recorrente afirmou ser parte ilegítima para figurar no polo passivo do cumprimento de sentença, pois houve acordo homologado e transitado em julgado.

Alegou ofensa ao art. 23 da Lei n. 8.906/1994, pois, havendo substabelecimento sem reservas, inexistente possibilidade de execução de honorários pelo advogado que substabeleceu.

No agravo (e-STJ fls. 220/234), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Não houve contraminuta (e-STJ fl. 239).

É o relatório.

Decido.

Em relação à ilegitimidade passiva para figurar no cumprimento de sentença, a

parte interessada deixou de indicar dispositivo legal em apoio a essa tese. Incidente, assim, a Súmula n. 284 do STF.

No que se refere à possibilidade de execução pelo advogado que substabelece sem reservas de poderes, a decisão do Tribunal de origem esta de acordo com o entendimento desta Corte quanto ao tema, no sentido da sua viabilidade. Anotem-se:

AGRAVOS INTERNOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. EXECUÇÃO. ADVOGADO QUE SUBSTABELECEU SEM RESERVA DE PODERES. AÇÃO AUTÔNOMA. NECESSIDADE.

[...]

2. O advogado que substabeleceu sem reserva de poderes não pode executar diretamente, nos próprios autos, os honorários advocatícios fixados na sentença, sendo necessário o ajuizamento de ação autônoma, mormente quando existir controvérsia em relação ao montante de honorários advocatícios sucumbenciais devido a cada um dos advogados. Precedentes

3. Segundo agravo interno não conhecido. Primeiro agravo interno conhecido e provido, para conhecer do agravo e dar provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp n. 1.028.884/RJ, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES – Desembargador convocado do TRF 5ª Região –, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. REVOGAÇÃO DO MANDATO DO ADVOGADO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. AJUIZAMENTO DE AÇÃO AUTÔNOMA. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.

2. "A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é pela impossibilidade da execução de honorários advocatícios sucumbenciais nos próprios autos da ação principal em relação a advogado que teve seu mandato revogado" (AgInt no REsp n. 1.546.305/PR, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/06/2016, DJe 3/8/2016).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 991.469/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 18/5/2017, DJe 25/5/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COBRANÇA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PEDIDO DE RESERVA DE NUMERÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. REVOGAÇÃO DO MANDATO. DISSÍDIO ENTRE OS NOVOS PATRONOS CONSTITUÍDOS E O TITULAR DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA ESTRANHA À LIDE. NECESSIDADE. AÇÃO AUTÔNOMA. PRECEDENTES DO STJ.

1. O acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ no sentido de que "a controvérsia quanto ao percentual de honorários advocatícios que cada advogado que atuou na causa deve receber, tendo em vista a revogação do mandato e substituição dos causídicos, deve ser solucionada em ação autônoma" (REsp 766.279/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 18.9.2006).

2. "A discordância entre a parte exequente e o advogado em relação ao quantum que pretende ver destacado a título de honorários contratuais, como, no caso de sucessão de procuradores, revela a instauração de novo litúgio, por isso que a satisfação do direito consagrado no vínculo contratual deve ser perquirida por meio de ação

# Superior Tribunal de Justiça

autônoma; vale dizer, em sede de execução de título extrajudicial, nos termos do art.585, VIII, do CPC c/c art. 24, da Lei n.º 8.906/94. (Precedentes: REsp 766.279/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/10/2005, DJ 18/09/2006 p. 278; REsp 556570/SP, Rel. Ministro PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, julgado em 06/04/2004, DJ 17/05/2004 p. 301; RMS 1012/RJ, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/06/1993, DJ 23/08/1993 p. 16559; AgRg no REsp 1048229/PR, Rel.Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 27/08/2008; REsp 641146/SC, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/09/2006, DJ 05/10/2006 p. 240).Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido". (REsp 1087135/PR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 17/11/2009).

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no AREsp n. 342.108/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/12/2013, DJe 6/3/2014.)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. EXECUÇÃO AUTÔNOMA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEI N. 4.215/63. SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVAS.

1. A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE, INTERPRETANDO A LEI N. 4.215/63 (EOAB), PACIFICOU-SE NO SENTIDO DE QUE O ADVOGADO DA PARTE VENCEDORA PODE INTENTAR EXECUÇÃO AUTÔNOMA PARA COBRAR OS HONORÁRIOS DA SUCUMBÊNCIA.

2. O ADVOGADO SUBSTABELECIDO "SEM RESERVA DE PODERES", IGUALMENTE, PODE PROPOR A EXECUÇÃO, EIS QUE NÃO ESTA INSERIDO NA EXECUÇÃO PREVISTA NO ART. 101 DA LEI N. 4.215/63, QUE SE REFERE AO SUBSTABELECIMENTO "COM RESERVA DE PODERES".

3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(AgRg no Ag n. 156.786/GO, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/12/1997, DJ 16/2/1998, p. 99.)

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator